

**COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

GESTÃO 2013/2015

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA: 13/05/2015

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 20ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2013/2015, realizada no dia 13 de maio de 2015, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. O Senhor Presidente do COMDEMA, Domênico Tremarolli, dá início à reunião, agradecendo a presença de todos e colocando em votação a aprovação da ATA da reunião anterior realizada no dia 08/04/2015, a qual foi aprovada por todos os presentes. Na sequência o Presidente comunica a todos que recebeu da Secretaria de Serviços Públicos o Plano Municipal de Gestão Integrada de Drenagem pedindo para que o COMDEMA se manifestasse até o prazo de 13 de maio de 2015. Dado a escassez do prazo para a análise o Comdema oficia pedido adicional de prazo por mais 30 dias para manifestação. Aproveitou a oportunidade de comunicar a todos os presentes que no próximo dia 30 de maio acontecerá o 1º Fórum do Plano Diretor Participativo, salientando a importância da participação de toda a comunidade. A seguir a palavra foi passada para a Vice-Presidente do COMDEMA Sílvia Merlo que comunicou aos presentes que está em fase de conclusão os levantamentos que estão sendo efetuados referentes à fiscalização no Município, mas que, independentemente de estar faltando informações das Secretarias de Serviços Públicos e de Obras, informa os conselheiros presentes que teve resposta da DAE, da Guarda Municipal, do Planejamento e Meio Ambiente e da Secretaria de Finanças. Todos esses órgãos concordaram que deve haver maior interação entre eles. Houve consenso entre os conselheiros de que todas as Secretarias devem ser ouvidas, pois ainda que muitas não tenham cargos de Agentes de Fiscalização de Posturas Municipais exercem a função fiscalizadora. Na sequência o Presidente do COMDEMA Domênico Tremarolli, faz a apresentação do Dr. Claudemir Battalini, Promotor de Justiça de Jundiáí, enaltecendo a importância de sua presença perante os conselheiros presentes, detalhando que sua presença versa sobre o Inquérito Civil 7536/14 abrangendo aspectos relacionados à escassez de água, problemas na qualidade e a necessidade de política para uso racional dos recursos hídricos no Município de Jundiáí. Alerta que a nossa capacidade de captação de água não era aquela que se imaginava e que era anunciada. Captamos água do Rio Atibaia nos limites máximos que permitem a outorga. Aquilo que era para ser uma forma de suplementação, de garantia, acabou por virar a principal forma de captação de água para Jundiáí. O Atibaia está ligado a uma outra Bacia Hidrográfica, que é o complexo Cantareira, e corremos um sério risco de ficar sem água da mesma forma que a Capital. Enquanto isso a população cresce e aí fica a indagação: “Será que teremos água para atendimento da população atual e futura com qualidade e quantidade suficiente?”. Pondera, o Promotor, que o crescimento da cidade não vem sendo acompanhado da oferta de soluções que possam suprir as necessidades que esse crescimento solicita. Ainda que o objetivo do Inquérito Civil tenha como tema a escassez de água, ele elenca outras necessidades que, segundo ele, demandam maior planejamento. O crescimento da frota de veículos sem infraestrutura viária que os comporte, sem estudos para implementar o transporte coletivo, o boom imobiliário com o surgimento de diversas torres e condomínios, que demandam a

oferta de serviços públicos, enfrentando problemas de infra-estrutura para acesso, além de conflitos com a vizinhança. O Município promoveu ao longo dos anos ampliações do perímetro urbano que acabam por influenciar o surgimento de novos nichos habitacionais, muitos destes de forma irregular. Não podemos, complementa o Dr. Battalini, permitir que se promova o crescimento sem assegurar à população atual e futura, a continuidade do abastecimento público de água, em quantidade e qualidade, sem interrupções, bem como infra-estrutura viária, mobilidade urbana, obras e serviços públicos com qualidade e eficiência. Concluindo, o Promotor afirma que espera resposta do Poder Público, consubstanciada com dados que permitam uma análise real da situação de nosso Município. Ressalta que elencou a todos os órgãos e setores recomendações de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e o cumprimento da “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações. A seguir a Vice-Presidente passa a coordenar as perguntas ao palestrante. Seguindo, o conselheiro Edmar Ferigato questiona os favorecimentos do Poder Público a terceiros, e o Promotor esclarece que tudo que chega ao Ministério Público é investigado, podendo propor inclusive ações de improbidade administrativa contra agentes políticos. A conselheira Vânia de Fátima Plaza Nunes questiona o tamanho dos prédios que foram erguidos na Vila Arens, mais igrejas evangélicas, academia de ginástica num sistema viário que permaneceu o mesmo, gerando um caos num bairro que outrora foi tranqüilo. Menciona a seguir a gravidade do problema do abandono de animais pelas ruas da cidade, em que as pessoas só percebem quando encontram um animal morto. Solicita ao procurador seja o assunto seja tratado em separado, dado a sua importância. O Promotor ressalta que o assunto é sim de real importância, pois Jundiaí tem o status de APA. A conselheira Maria Elisabete Mendes Lopes Botan sugere que sejam feitos estudos para que se conheça qual o nosso potencial hídrico. Na sequência o conselheiro Nivaldo Callegari menciona que os edifícios que foram levantados recentemente no Município tiveram aprovação anterior a 2.004, e que hoje não se aprova mais obras como essas. A seguir faz o questionamento do que chama de guetos, e que acha inadmissível que em nome da segurança sejam fechados loteamentos que foram aprovados como abertos. Cita o Jardim Ana Maria e diz que ficou sabendo que no Jardim Brasil também será feito fechamento semelhante. O Promotor finaliza, então dando ênfase à frase:” Vamos crescer mais devagar! Estamos estudando demais e executando de menos”. Agradecendo a presença de todos a reunião o presidente encerra a reunião. Eu, Márcio Galafassi 1º secretário do COMDEMA, lavrei esta ata a qual assino juntamente com os demais conselheiros presentes e a lista de presença: Luís Gustavo Grijota Nascimento, Maria Elisabete Mendes Lopes Botan, Domenico Tramarolli, Rachel Antas Bugalho, Carolina Guimarães Araújo, Maria Carolina Hertel Simões e Dutra, Márcio Pardo Galafassi, Pedro Sérgio Pontes, Dirceu Francisco Cardoso, Giorgio Di Rito, Massao Okazaki, Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, José Rodrigues, Luciano Libanio de Alcantara, Marco Antonio Madeira, Rafael Benassi, Nivaldo José Callegari, Edmar Ferigato, Vânia de Fátima Plaza Nunes, Fábio Pereira Campos Alves, Ademir Lopes Gomes, e os convidados Júlio Campos, Vitor Cesar Martins, Roberto Nunes Silva, Cláudia D. Campos, Jeniffer Motta, Jairo Santos e Luiz DeVries.